

## **Políticas públicas de ações afirmativas: reflexões sobre ingresso e permanência de estudantes indígenas do convênio FUB/FUNAI<sup>1</sup>**

### **Affirmative action public policies: reflections on entry and permanence of indigenous students of the FUB/FUNAI agreement**

DOI: 10.46814/lajdv3n4-016

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 30/06/2021

#### **Umberto Euzebio**

Professor doutor, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) - Universidade de Brasília (UnB)

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília – DF

E-mail: umbertoouz@gmail.com

#### **Rayanne Cristine Máximo França**

Enfermeira, mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: rayannecrist@gmail.com

#### **Eduardo Melo Rebouças**

Professor mestre do Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Brasília. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: eduardomelo.reb@gmail.com

#### **RESUMO**

Neste trabalho são suscitadas discussões e questionamentos sobre desafios e demandas postas à universidade pública pela inclusão e permanência de alunos ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI. Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível, foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais dos estudantes durante quatro anos. São necessárias relações de trocas e diálogos contínuos para a construção da identidade acadêmica indígena a partir de um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas assegurando melhoria dessa política. Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, essas ações afetam diretamente os grupos aos quais são direcionadas.

**Palavras-chave:** Inclusão, Indígena, Educação.

#### **ABSTRACT**

In this paper, discussions and questions about challenges and demands placed on the public university by reason of the inclusion and permanence of incoming students of the FUB / FUNAI agreement are raised. With approaches of research-action, participant observation and sensitive listening, the qualitative aspects involving the sociocultural and educational phenomena of students during four years

---

<sup>1</sup> Trabalho revisado e atualizado, apresentado no V CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Brasília, 2016.

were evaluated. There is a need for continuous exchange and dialogue for the construction of the indigenous academic identity, based on a political, pedagogical and methodological environment that assure indigenous specificities, guaranteeing the improvement of this policy. The processes of construction of the truly inclusive public university demand the direct participation of entities and social subjects in the fronts of elaboration of public policies, these actions directly affect the groups to which they are directed.

**Keywords:** Inclusion, Indigenous, Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com a implantação de políticas públicas de inclusão e ações afirmativas, as universidades públicas brasileiras vêm aos poucos inserindo estudantes indígenas em sua comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI firmou convênios com algumas Instituições de Ensino Superior, dentre elas com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, em 2004, possibilitando o acesso e permanência dos indígenas no ensino superior.

Historicamente, a Educação Superior no Brasil sempre esteve restrita às elites, e a inclusão dos povos indígenas nas Universidades representa um fenômeno recente, que apesar de quase 20 anos de ação, se encontra em fase de construção de mecanismos de acesso, permanência e da própria formação intercultural. Representantes dos povos originários passaram a ocupar gradativamente os espaços acadêmicos, não mais como objetos de pesquisa ou como sujeitos pesquisados, mas como estudantes e pesquisadores dos cursos regulares oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior.

As demandas sociais por educação superior indígena são desafios condicionantes para que esses povos desenvolvam políticas específicas que atendam às demandas de suas comunidades. As universidades públicas brasileiras têm manifestado interesse político de incluir minorias no ambiente acadêmico como forma de superar a histórica exclusão do acesso ao ensino superior vivenciada por esses grupos, evidenciando o caráter diverso e inclusivo (BANIWA, 2012).

O movimento indígena brasileiro inicia e incentiva a inclusão de seus jovens nesse processo como forma de “fortalecimento das lutas de mais de 220 etnias do território nacional” (BANIWA, 2006). Essa necessidade é justificada para além da questão inclusiva, pois, segundo Jacobi (2005), não existem representantes indígenas para defender suas causas, uma vez que entre eles não há formação de profissionais capacitados que venham a ocupar cargos em que há necessidade de formação acadêmica específica.

Apesar de haver esforços para se levar o indígena para o interior das universidades, ao ingressar, surgem outros tipos de problemas, não previstos nas etapas anteriores, que são os processos adaptativos a serem enfrentados. Nesse sentido, somente a garantia de acesso não concretiza a Política Pública de

inclusão, pois estes estudantes enfrentam as mais variadas dificuldades de integração, não apenas ao ambiente acadêmico como também no novo espaço urbano.

Dessa forma, devido aos problemas vivenciados e enfrentados por eles, são necessários programas diferenciados de acolhimento que vão desde políticas específicas e direcionadas de acompanhamento acadêmico, considerando desde a realidade sociocultural de origem até o suporte financeiro, incluindo moradia, transporte e alimentação.

O objetivo deste trabalho foi levantar discussões e questionamentos sobre desafios e demandas postas à universidade a partir do processo de inclusão, bem como a permanência de estudantes ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI a partir de 2004. Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível, foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos, envolvendo estudantes, FUB e FUNAI durante os últimos quatro anos.

Este artigo está estruturado nos tópicos: o estudante indígena do convênio FUB/FUNAI, metodologia, fundamentação, histórico e dinâmica do processo e considerações finais.

## **2 O ESTUDANTE INDÍGENA DO CONVÊNIO FUB/FUNAI**

O convênio de Cooperação FUB/FUNAI N° 001/2004 tem como objetivo o estabelecimento de condições técnico-científica, pedagógica, administrativa, e operacional, entre as duas Fundações, para formar 200 profissionais indígenas de nível superior em dez anos (UNIVERSIDADE, 2004).

A primeira seleção de estudantes indígenas para a Universidade de Brasília - UnB ocorreu em 2004 mediante transferência de 12 estudantes de Instituições de Ensino do DF e Entorno. Esses estudantes ingressaram nos cursos de Administração, Direito, Serviço Social, Engenharia Florestal, Comunicação Social, Relações Internacionais e Ciências Sociais. Desse grupo, cinco optaram pela não continuidade do curso na UnB, dois por retornar às suas Instituições de origem, um por ser servidor público se transferiu para outra Instituição e outros dois deixaram o curso por motivos familiares. Dos sete restantes, apenas dois estão graduados em Comunicação Social e em Serviço Social, os outros três permanecem na universidade nos cursos de Administração, Ciências Sociais e Engenharia Florestal, porém em 2013, o último deles desistiu após longo e sucessivo processo de desligamento e reintegração com diferentes reincidências. Somente em 2006 houve novos ingressos, com a implementação do vestibular indígena apenas para os cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Nutrição, com a oferta de três vagas para cada curso. Após esse período foram realizados novos vestibulares com a inclusão de vagas para os cursos de Agronomia, Ciências Sociais e Engenharia Florestal. Quanto ao número de vagas, a partir de 2008 passam para dez quando também se exclui do processo o curso de Farmácia.

Durante esse percurso na universidade, ingressaram estudantes indígenas das cinco regiões do país com predominância do norte e nordeste, distribuídos em mais de 30 etnias. Alguns, inclusive, com formação na educação básica totalmente em língua materna, outros parcialmente e outra parcela em português. Ao longo dos anos, os estudantes têm enfrentado inúmeros problemas acadêmicos que não estão relacionados apenas ao aprendizado, dificuldades de interação, aceitação e diminuição da autoestima. Além desses, há também aqueles relacionados à falta dos familiares, dificuldades financeiras, de moradia, de alimentação e de adaptação à vida no Distrito Federal.

Dentre as principais dificuldades acadêmicas enfrentadas estão as de natureza acadêmica de aprendizado como o baixo rendimento acadêmico, frequentes entradas em condição, desligamentos e reintegração. Essas situações não se apresentam apenas como uma desmotivação do estudo, mas também as de natureza econômica que comprometem a manutenção do auxílio financeiro por parte da FUNAI inicialmente ou a bolsa permanência do MEC a partir de 2013, que substituiu o auxílio da FUNAI.

Sendo assim,

A presença do universitário indígena na UnB provoca diferentes tipos de reações na comunidade universitária, alguns de acolhimento e outros de rejeição. Esse fenômeno, visto como uma reação normal ao novo, que, no entanto, exige adequações tanto no âmbito do sistema administrativo quanto acadêmico. Assim, um dos maiores problemas observados no contexto estudado foi a estrutura acadêmica que teoricamente manteve-se inalterada, afetando consideravelmente o desempenho e a adaptação do estudante indígena. (EUZEBIO, 2021a, p. 452)

No entanto essas adaptações não foram conquistadas sempre amistosamente, ao contrário, na maior parte das vezes houve necessidade de ações mais incisivas para a sensibilização das instâncias superiores.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa participante envolvendo pesquisa-ação e escuta sensível, de abordagem qualitativa, cujos sujeitos da pesquisa são constituídos por estudantes indígenas da UnB, ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI.

Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível, fundamentadas em Barbier (2007), Thiollent (2009) e Barbosa e Hess (2010), foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos, envolvendo estudantes, FUB e FUNAI durante quatro anos consecutivos a partir de 2012. A opção para esse período é justificada por ser a etapa em que a maioria dos 24 formandos concluiu os respectivos cursos,

período, também, em que houve interrupção dos ingressos e transferência da responsabilidade financeira para o MEC (2013) e em que se finalizou o Convênio, no ano de 2014.

Quanto à estratégia, houve acompanhamento com observações e anotações das discussões de reuniões semanais da Coordenação de Estudantes Indígenas para diagnosticar os principais problemas envolvidos na formação do estudante indígena.

Suas necessidades e as soluções dos problemas foram discutidas com o grupo, que propunha e criava soluções para cada caso específico, com acompanhamento psíquico-pedagógico ou encaminhamentos mais específicos de acordo com cada contexto. Essas soluções foram além do acompanhamento de disciplinas cursadas, avançando para a valorização de outras potencialidades presentes em cada um, considerando as experiências, vivências e tradição cultural de cada etnia. Os problemas foram formulados de acordo com cada fórum de discussão do grupo, de conversas individuais ou em pequenos grupos de um mesmo curso ou área.

Em outro trabalho com esse mesmo grupo já foi constatado que o estudante indígena se torna protagonista a partir dessas dinâmicas, pois essas

[...] reflexões reforçaram suas posições com relação às políticas para indígenas, como forma de resistência e de exigência e imposição diante da UnB e da FUNAI e na participação de diferentes instâncias e representações. (AZEVEDO; GOMES; EUZEBIO, 2020, p. 100686)

A pesquisa com abordagem qualitativa buscou repercutir as complexidades processuais de implementação da política pública de inclusão e permanência estabelecida pelo convênio FUB/FUNAI.

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO**

Para a observação das atividades do grupo de estudantes indígenas, foram utilizados métodos qualitativos de observação e escuta, seguindo a proposta do diário de pesquisa, com a produção de um jornal de pesquisa durante as análises, uma vez que:

[...] o diário de pesquisa permite nos apropriarmos do conhecimento já produzido pela humanidade para nos tornarmos mais sábios e autores de nós mesmos numa relação educativa que nos impõe, o tempo todo, interpretação e solução desenvolvidas pelo outro. Trata-se de caminhar na perspectiva de abrir espaço para a autoformação como meio de pluralizar tal relação em que tão importante quanto às demandas e determinações do educador são as demandas, o desejo e o sentido por parte de quem aprende. (BARBOSA; HESS, 2010, p. 20)

Ao mesmo tempo, nesse processo de construção, seguiu-se a técnica da escuta sensível de Barbier, que se divide em três categorias:

a escuta científica/clínica; a espiritual/filosófica e a poética/existencial. Embora se refira a três tipos de escuta, todas compõem uma escuta única, a qual denomina de "transversal". Enquanto a primeira se refere à dimensão científica, ao que pode ser comprovado, observado e

dialeticamente apresentado, a segunda se põe na escuta daquilo que funda o sentido da vida para o sujeito. [...] Por fim, a escuta poética/existencial, por ser da ordem do instituinte, da possibilidade criadora do sujeito humano, permite sacudir a estrutura estabelecida, [...] (BARBOSA; HESS, 2010, p.52).

Esses três tipos de escuta sensível, em sua transversalidade, levam o pesquisador a compreender o processo como um todo. "O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para "compreender o interior", as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos [...]" (BARBIER, 2007, p. 94)

Essas "vivências compartilhadas" com todos os estudantes indígenas permitiram compreensão dos fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos por meio das abordagens de pesquisa-ação e pesquisa participante, com ações dos próprios estudantes como sujeitos do processo. (THIOLLENT, 2009)

Para Brandão (1999), os saberes dos indivíduos, construídos no cotidiano da vida comunitária, são parte importante no processo de construção do conhecimento e, nesse sentido, a pesquisa participante busca envolver aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado no estudo do problema a ser superado, conhecendo sua causa e construindo coletivamente as possíveis soluções.

É frequente o questionamento à universidade sobre o seu papel na sociedade como produtora de conhecimentos e geradora de bens e produtos, porém, a questão crítica surge quando refletimos sobre quem seriam os segmentos receptores desses produtos.

Esses questionamentos estão nas origens das crises da hegemonia e da legitimidade, uma vez que a universidade constantemente depara em situação de confronto por estar inserida em um universo cultural versátil e dinâmico. Isso surge a partir de uma cultura de massas que questiona o monopólio da academia no processo de produção de cultura e de conhecimento. No entanto, a Educação Superior e a própria cultura acadêmica refletem o privilégio de alguns grupos sociais, na propagação das elites econômicas e sociais. Dessa forma, essas instituições deixam de ser centros de excelência de produção e passam a ser também local de construção de mecanismos de justiça social e de democracia. (SOUSA SANTOS, 1997, p. 212).

A partir dessas circunstâncias e de pressões externas, houve necessidade do reconhecimento social por parte das universidades para atender os grupos excluídos no seu sistema educacional como estratégia para a própria sobrevivência.

A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a implantar o sistema de ações afirmativas para ingresso no ensino superior. Quanto à questão indígena, na UnB, até o momento não foi feita nenhuma avaliação deste convênio e nem mesmo um acompanhamento específico de cada curso. Estudos apontam para uma avaliação deste convênio e verificação das possíveis causas e

soluções, conforme indica o trabalho de Euzebio et al. (2012), cujos autores trabalharam com os desafios da educação indígena na UnB.

Contribuições científicas estão surgindo. Nessa conjuntura, Meneses (2013), em estudo sobre a situação de estudantes indígenas em disciplinas da área de química, mostrou que mesmo com aprovação em uma disciplina básica, o estudante apresenta problemas de aprendizado em disciplinas da área em estágios avançados. Isso indica haver necessidade de mais estudos sobre a realidade indígena na Universidade.

São inúmeros os problemas adaptativos, logísticos, administrativos e de aprendizagem. Nos últimos anos, na literatura sobre o assunto, existem autores que trabalharam com os desafios da educação indígena em diferentes universidades brasileiras, indicando haver necessidades de adequação específica para atender às necessidades desses acadêmicos indígenas. (RUSSO; DINIZ, 2015)

De acordo com Aguiar et al. (2014), há inúmeros desafios para as universidades após o acesso dos jovens negros e indígenas e, dentre eles, a permanência se destaca como prioridade. Para os autores, o acompanhamento e a avaliação dos programas de assistência estudantil é uma das estratégias que poderão contribuir para o êxito desses acadêmicos, sem excluir a necessidade de outros mecanismos de afirmação identitária que possam fortalecer a presença de negros e de indígenas num espaço majoritariamente branco. Os autores ainda concluem que esses desafios permanecem e que, portanto, cabe aos gestores maior atenção aos processos de inclusão.

## **5 HISTÓRICO E DINÂMICA DO PROCESSO**

As diversas formas de organização dos acadêmicos indígenas têm ganhado visibilidade no cotidiano das universidades por proporcionarem reflexões e discussões em busca de melhorias e valorização do saber cultural e tradicional dos povos originários, buscando aproximação entre os saberes tradicionais e científicos.

Com isso, surge a Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília - AAIUnB, principal instrumento de luta dos Acadêmicos Indígenas da UnB, que, baseado na interculturalidade, tem atuado no fortalecimento contínuo do grupo e assegurado a garantia da permanência dos indígenas na UnB.

Em 2012, após 10 anos de diversas experiências e lutas dos povos indígenas nas universidades, a política de cotas, que assegura o ingresso nas IFES e escolas Técnicas Federais no Brasil, foi aprovada no Congresso Nacional brasileiro – Lei nº 12.711/2012-, fato que foi comemorado como uma conquista histórica para os demais segmentos, como os alunos provenientes de escolas públicas, negros e quilombolas. (BRASIL, 2012)

Em 2013, o Governo Federal lança o Programa Bolsa Permanência através da Portaria n. 389, de 09 de maio de 2013, um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente matriculados nas IFES.

Observa-se que, de certa forma, o Programa é visto como um avanço, pois muitas universidades com políticas de ações afirmativas não ofereciam auxílios financeiros para os estudantes indígenas, principalmente para os ingressantes via convênios com contrapartida de recurso da FUNAI para permanência destes indígenas. Os pagamentos desses auxílios eram mensais, mas em alguns casos os valores não correspondiam à realidade dos beneficiários, era algo irrisório.

Quando nos referimos à UnB, pode-se pensar em um processo estagnado ou até mesmo em retrocesso, pois os estudantes deixaram de receber as bolsas do Convênio FUB/FUNAI/2004 e passaram a receber a bolsa permanência do MEC, no mesmo valor que era recebido desde 2004, ano em que foi firmado o Convênio, havendo, portanto, apenas uma transferência com troca de responsabilidade da FUNAI para o MEC, deixando que os problemas sem solução se mantivessem.

As relações de trocas e diálogos necessários para que ocorra a melhoria dessa política ainda se encontra em fase de construção contínua. Diante deste impacto sociocultural, os estudantes indígenas buscaram organizar-se, a fim de reivindicar seus direitos e superar a resistência cultural existente dentro do universo acadêmico.

Apesar da proposta inovadora e acolhedora na UnB, na prática tem se revelado um descompasso entre as condições necessárias e as condições de fato asseguradas para a permanência qualificada e humanizada dos estudantes indígenas no espaço acadêmico. Durante os 10 anos de vigência do Convênio, houve diversas dificuldades institucionais de ambas as partes mantedoras do processo, o que interferia no avanço do processo de acesso e permanência, de maneira direta e indireta.

As principais queixas dos estudantes durante o processo de adaptação e acompanhamento sempre foram que as decisões tomadas por instâncias superiores, sejam elas FUNAI ou Universidade, aconteciam de forma verticalizada, de modo impositivo e nunca dialogado ou utilizando-se de alternativas de metodologia participativa, na qual esse processo se inicia a partir da experiência e do conhecimento dos próprios participantes.

Durante o período, passaram pela FUNAI seis presidentes e vários coordenadores, assim como na UnB, com mudanças de reitores com propostas e práticas diferentes quanto à questão inclusiva. Dentre as propostas da gestão UnB 2013-2016, esteve a criação da Diretoria da Diversidade – DIV, no Decanato de Assuntos Comunitários, porém os indígenas nunca se sentiram incluídos em todo o processo, pois se extinguiu o sistema de acompanhamento pedagógico até então vigente. É possível observar a instabilidade de Decanatos/ Diretorias para coordenar as questões indígenas, fazendo com



que mudanças políticas afetem o aparato político pedagógico do lado mais vulnerável. Ao longo dos dez anos, foram ofertadas apenas 107 vagas com 107 ingressos, 24 formados, 43 ativos e 40 desistentes. As desistências são causadas por diferentes fatores, porém, de acordo com depoimentos do grupo, ocorrem principalmente por motivos psicossociais.

Durante a vigência do Convênio nº001/2004 havia um Comitê Gestor. Na cláusula terceira, subcláusula primeira, diz-se que *“A relação dos cursos e dos respectivos números de vagas destinados a candidatos indígena deverá ser definida anualmente, por um Comitê Gestor, formado por representantes da FUB, MEC, e FUNAI, acrescida de um representante indígena”*. Porém, eram raras as vezes em que havia a participação indígena nesse espaço, por omissão da própria Universidade. A partir de diversas tentativas de diálogo com a Universidade e sem êxito, os estudantes passam a resistir diante da pressão da Universidade em excluí-los das decisões, passam a se integrar forçadamente em espaços de decisão, como o Comitê Gestor, a criação do Fórum Permanente, passam a se fortalecer enquanto Associação dos Acadêmicos Indígenas do DF (AAIDF, atualmente AAIUnB), para que suas vozes fossem ouvidas e atendidas, de acordo com suas demandas.

[...] a participação e colaboração de alguns professores foram fundamentais para o nosso crescimento pessoal, social e profissional, estes que nunca nos permitiram acreditar que a Universidade não era espaço de fazer movimento social (como ouvimos de diversos representantes institucionais) e sempre nos alimentaram de esperanças de que nós somos agentes de mudança. É possível entender que a aprendizagem vai além dos muros da universidade, é preciso empoderar os sujeitos para que possam atuar como autores das políticas que almejam a garantia de seus direitos, acreditando em suas posturas e convicções. (FRANÇA, 2020, p. 27)

Em 2010, houve maior pressão sobre a participação indígena no Comitê Gestor, os estudantes se organizaram e escolheram seu representante e vice, para que pudesse ter como sua responsabilidade participar das reuniões e nos processos de decisões. A partir daí conseguiu-se o vestibular diferenciado, não em questões de conhecimentos gerais relacionadas a prova em si, mas a descentralização do polo de aplicação de provas que passou a ser regionalizado e com a presença de entrevista. Aumentou-se a diversidade de cursos regulares, de acordo com levantamento realizado pelos estudantes com suas bases, assim aumentando a diversidade de futuros profissionais em suas comunidades de origem.

Houve um avanço significativo, mesmo diante das crises com o corte do auxílio (na época fornecido pela FUNAI) de 14 alunos, decrescendo o número de estudantes ativos e conseqüentemente gerando desistências do sonho universitário. Era preciso mais do que nunca se fortalecer diante das adversidades. Deixam de ser tutelados e são vistos e respeitados por sua forma de organização. A partir de 2013, a Universidade criou a resolução nº0488/2013, que cria na estrutura do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), a Diretoria da Diversidade (DIV), que tem por competência *“elaborar, executar,*

*monitorar e avaliar política, programas e ações voltadas ao respeito e ao convívio com a diferença, no sentido de assegurar os direitos da comunidade universitária em relação às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual”.*

A diretoria da Diversidade é constituída pelo Diretor da Diversidade; Secretaria administrativa; Coordenação da Questão Negra; Coordenação da Diversidade Sexual; Coordenação da Questão Indígena e Coordenação dos Direitos da Mulher. Apesar de a Universidade demonstrar esforços para integrar os povos indígenas, estes por sua vez nunca se sentiram incluídos em todo o processo.

A criação da DIV teve um impacto negativo, pois extinguiu o sistema de acompanhamento pedagógico até então vigente, individual e/ou em grupo, realizado pelo Decanato de Ensino de Graduação - DEG, substituindo pela Coordenação das Questões Indígenas que tem objetivos amplos para uma demanda específica que exige dedicação exclusiva para tal. Segundo a resolução citada acima, competem as Coordenações da Diretoria da Diversidade as seguintes ações: estimular o respeito e a valorização das questões pertinentes a diversidade; elaborar estudos e pesquisas sobre as ações afirmativas relacionadas as temáticas da diversidade; acompanhar os estudantes indígenas oriundos do sistema de cotas para negros e indígenas, desde o ingresso na UnB; atuar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão com temas relativos a diversidade; formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico; buscar parcerias internas e externas à UnB a fim de viabilizar apoio financeiro; manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas e/ou privadas locais, nacionais ou internacionais; criar fórum permanente de discussão, monitoramento e avaliação dos programas e ações das questões pertinentes a diversidade; atuar como espaço de referência e apoio as questões pertinentes a diversidade; e zelar pela guarda de todos os bens patrimoniais de propriedade da FUB que se encontram sob a responsabilidade das coordenações e da Diretoria.

Para os estudantes indígenas, esse plano de atuação foi um retrocesso, e aproxima-se de prática integracionista, na medida em que desconsidera as diferenças étnicas e pedagógicas, em relação ao ingresso e à permanência na instituição, quando o Decanato de Assuntos Comunitários tem por sua finalidade ações que visem a assistência estudantil. Uma vez que haja a implementação de assistência, nela devem estar contidas as ações pedagógicas de acompanhamento. Criou-se, então, a prática assistencialista e tutelada, que cobria os prejuízos financeiros, mas desassistia a prática pedagógica, assim excluindo as monitorias específicas, ocasionando um déficit nos rendimentos acadêmicos, elevando o número de desligamentos, trancamentos e reintegrações nos anos seguintes.

Até o ano de 2013, as ações pedagógicas sob a Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas eram subordinadas e vinculadas à Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica - DAIA/DEG. Esta Coordenação tinha por finalidade realizar o acompanhamento do estudante, em relação às questões pedagógicas como monitorias, relatórios sobre desempenhos, trancamentos,

reintegrações e afins. Nesse período, houve criação e institucionalização de monitorias específicas, o que foi avaliado de maneira positiva pelos estudantes, que destacavam questões como afinidade com o monitor, flexibilização de horários, linguagem simples e de fácil compreensão, o que consequentemente gerou melhores rendimentos em sala de aula. Assim, foi constituído

[...] o grupo de monitores específicos para acompanhamento individualizado dos acadêmicos indígenas. As demandas para monitoria foram de acordo com a necessidade manifestada por cada estudante indígena; muitas vezes a escolha do monitor foi feita pelo próprio indígena com a apresentação de um colega do próprio curso. (EUZEBIO, 2021b, p. 1102)

Para o coordenador, na época era difícil tentar flexibilizar a universidade sobre essas necessidades emergenciais de mudança, mas que a longo prazo renderiam resultados significativos para o acompanhamento de indígenas, tornando-se excelência e referência às demais universidades que tinham indígenas em seu contexto acadêmico.

Os avanços citados são utilizados como modelos de referência para as demais Universidades brasileiras, como a Universidade Federal de São Carlos, que implementou o vestibular descentralizado desde 2015; a Universidade Federal da Paraíba, que criou a Coordenação da Questão indígena nos seus *campi*, desde 2013, com presença participativa dos estudantes indígenas em suas atividades de planejamento e assistência; e o próprio Ministério da Educação utilizou o modelo de auxílio financeiro que a FUNAI adotava conosco para criação do Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, sob ótica diferenciada de acordo com suas questões socioculturais, independente da região. É explícita a necessidade de um diálogo entre os saberes ocidentais hegemônicos e os saberes tradicionais indígenas, para assim favorecer a mudança do modelo de formação, em que ainda há muito para ser construído na UnB.

Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, pois essas ações são sentidas diretamente pelos grupos aos quais as ações dessas políticas públicas são direcionadas. (EUZEBIO, 2021c, p. 943)

Os estudantes indígenas e a comunidade como um todo também são agentes nesse processo e, portanto, devem exercer papéis de protagonistas e não de meros espectadores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi debatido e investigado a Educação Superior Indígena, tomando por referência a Universidade de Brasília, com foco sobre questões pertinentes ao acesso, permanência e desafios, incluindo a formação intercultural. Esse cenário se efetiva, tendo em vista que os estudantes indígenas deparam com um cenário social, cultural, político e econômico absolutamente diverso das

respectivas realidades de origem, que os conduzem a um distanciamento de seus valores, sentidos e significados próprios de suas culturas e territórios.

É necessário construir a “identidade” como acadêmico indígena, buscar caminhos de acordo com os valores indígenas, modos de ser, particularidades; é preciso que a universidade crie um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas, uma metodologia adequada às reais necessidades do acadêmico indígena. A universidade deve estar aberta a este diálogo, a novos métodos de ensino, deve criar um currículo que respeite e valorize a cultura do povo indígena.

As políticas afirmativas de inclusão no Ensino Superior não devem prescindir da melhoria da qualidade da Educação Básica para não inviabilizar o processo pedagógico de formação de acordo com as necessidades de desenvolvimento da sociedade. Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, pois essas ações são sentidas diretamente pelos grupos aos quais as ações dessas políticas públicas são direcionadas.

Para incluir o indígena em seu meio, há necessidade de que a Universidade tenha preparação para lidar com estas questões. Na UnB, o estudante, ao chegar, era recepcionado por uma equipe da DAIA e do Serviço de Orientação Universitária – SOU, que, juntamente com o Decanato de Ensino e Graduação - DEG, realizavam o registro acadêmico e matrícula do estudante. Ações realizadas dentro do espaço físico da universidade, mas o acolhimento real não era realizado, o estudante muitas vezes chegava com a mala e tinha a concepção de que ele ficaria, dormiria no espaço da Universidade, quando, na verdade, a partir daquele momento as ações extramuros, segundo a Universidade, não era competência dela e a FUNAI se eximia da responsabilidade do acolher. Durante anos a acolhida do estudante indígena foi assim e ainda continua da mesma forma por parte da Universidade, porém os acadêmicos se mobilizam para a chegada de cada “parente”, como intitulam, para que possa ser fornecido, minimamente, um cuidado com atenção específica na recepção na capital do País.

As medidas afirmativas como a política de reserva de vagas para estudantes indígenas na UnB têm encontrado resistências de várias ordens, desde as relações intersubjetivas entre estudantes indígenas e não indígenas e a própria instituição. Permanecer no meio acadêmico torna-se difícil para os povos indígenas devido ao choque cultural, uma vez que a universidade é norteadada por uma lógica muito distinta da racionalidade indígena. O número de estudantes indígenas presentes e a diversidade regional, étnica e institucional destes indicam que vem se consolidando enquanto um vigoroso movimento acadêmico do ensino superior brasileiro de um modo geral, bem como a sua continuidade por meio de políticas de ações afirmativas.

O movimento indígena, ao longo de sua trajetória, vem conquistando bastante espaço no cenário nacional. Cabe salientar que o movimento indígena nacional deposita muita esperança nos acadêmicos indígenas, isto a custo de muita luta para que o ambiente acadêmico seja transformado, de forma que o indígena seja visto desmistificando a imagem lendária, romântica e tutelada que a sociedade tem internalizada em seu íntimo.

Questões de diferentes naturezas ainda necessitam ser consideradas e analisadas pelos sujeitos que compõem as partes interessadas. Em dez anos de convênio ainda há um déficit de comunicação e de sensibilidade antropológica e pedagógica sentido pela instituição e pelos alunos e alunas indígenas, que se refletem no preconceito e na resistência cultural e afetiva de professores, estudantes não indígenas e funcionários.

A construção de um país mais democrático e plural envolve o respeito e o diálogo com as diferenças socioculturais e com os diferentes modos de vida dos seus cidadãos. É essencial que o poder público continue estimulando espaços em suas Universidades e, ao debater e celebrar a presença destes em seus espaços, revelam-se importantes questões para a democratização do ensino superior no Brasil. As políticas públicas, por serem ainda muito pontuais, precisam de períodos longos para se concretizarem e começarem a gerar resultados; a UnB já apresenta um bom tempo de experiência e as políticas devem ser mais bem avaliadas e incentivadas. Com relação aos desafios, é necessário ampliar a quantidade e a qualidade dos programas de acesso e permanência nas universidades e dos cursos específicos.

A principal importância dessa preparação e formação na universidade é o empoderamento maior dos indígenas, fortalecido pelas experiências universitárias. Ademais, sabe-se que a construção de novas práticas interculturais, sobretudo quando se refere à educação formal de indígenas nas universidades brasileiras, exige necessariamente novas práticas de formação, as quais constituem também subsídios para o aprofundamento das práticas do trabalho em equipe multiprofissional, interdisciplinar e intercultural. O papel do acadêmico indígena é voltado para sua comunidade indígena, em adquirir os conhecimentos universais, mas não deixar sua identidade, sua cultura e tradições, e principalmente não abandonar o seu povo, valorizar a própria cultura e não abandonar o conhecimento tradicional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula; ANDRADE, Rogério de; MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; ALMEIDA, Fernanda Alexandrina de. Ação afirmativa e inclusão étnico-racial: estudo preliminar das políticas de acesso e permanência na Universidade Federal da Grande Dourados entre 2011 e 2013. *O social em questão*, v. 17, n. 32, 2014, p. 101-126

AZEVEDO, Gabriel Dias Vidal; GOMES, Mateus William Martins; EUZEBIO, Umberto. Contradições, desencontros e desafios para a consolidação de ações afirmativas e permanência de estudantes indígenas na educação superior. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.12, p. 100678-100687 dec. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-527.

BANIWA, Edílson Martins. Educación superior y pueblos indígenas: avances y desafíos ¿ conmemoración o reflexión?. *ISEES: Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior*, n. 10, p. 115-130, 2012.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena. *Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*. v. 19, n. 33, p. 35-49, 2010.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução: Lucie Didio. Brasília: Líber Livro, 2007.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Líber Livro, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999

BRASIL, Presidência da República. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 30 jun. 2021.

EUZEBIO, Umberto; Cardia, Felipe Mendes do Santos; LEAL, André Hugo Homem; MOREIRA, André Luiz da Costa; SARAIVA, Ana Livia Rolim. Realidade e desafios para a educação superior indígena na Universidade de Brasília. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 2012, 2012, Águas de Lindoia - SP. Encontro Nacional de Estudos Populacionais: transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas (18.: 2012: Águas de Lindoia, SP). Águas de Lindoia - SP: ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.

EUZEBIO, Umberto. A universidade e universitário indígena: da relação de poder às trocas de saberes. *Revista Mais Educação*, São Caetano do Sul – SP, v. 4, n. 1, p. 449-462, mar. 2021a. DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v4i1>.

EUZEBIO, Umberto. Povos originários e academia em diálogo intercultural na construção do conhecimento. *Revista Mais Educação*, São Caetano do Sul – SP, v. 4, n. 2, p. 1097-1112, abr. 2021b. DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v4i2>

EUZEBIO, Umberto. Percursos, desafios e demandas à prática de acolhimento, inclusão e permanência de indígenas no ensino superior. *Revista Mais Educação*, São Caetano do Sul – SP, v. 4, n. 3, p. 931-945, maio 2021c. DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v4i3>

FRANÇA, Rayanne Cristine Máximo. *Injustiça ambiental e os principais efeitos à saúde dos povos indígenas no Brasil*. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2020).

JACOBI, Roberto Pedro. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p.233-250. 2005.

MENESES, Paulo Eduardo Campos de. O Contexto acadêmico dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília do convênio FUB/FUNAI em disciplinas da área de química. 2013. 47 f. Monografia (Licenciado em Química). Instituto de Química, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RUSSO, Kelly; DINIZ, Edson. (2015) Políticas de ação afirmativa e o direito à educação: desafios de acesso e permanência de estudantes indígenas no estado do Rio de Janeiro. In: *Periferia Educação Cultura & Comunicação*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, jan-jun.2015, p. 46-65.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE de Brasília. *Convênio de Cooperação nº 001/2004 Convênio de Cooperação que entre si celebram a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Nacional do Índio*. Brasília, 16 de fevereiro de 2004.